







17-7-1841

X

ONRADO Marquez de Alegrete, Governador e Capitão General da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, Amigo: Eu ElRei vos Envio muito saudar como aquelle que Amo e Prêso. Constando na Minha Real Presença pela vossa conta de trinta de Março do corrente anno, que nessa Capitania se commettem muitos, e atrozes delictos com damno dos Meus fieis Vassallos, perturbação, e offensa da publica tranquillida-

de, e da segurança pessoal, e de que devem gozar todos debaixo da protecção das Leis; e que o motivo desta frequencia, multiplicidade, e atrocidade de crimes he, além da ferocidade, e falta de civilisação de muitos dos habitantes desse vasto, e ainda pouco povoado territorio, a impunidade dos delictos, que ou ficão de todo por punir, ou se lhes impõe as penas muito tempo depois, e muito longe do lugar em que acontecerão, por se remetterem ás Cadêas da Casa da Supplicação alguns Réos, que em conformidade da Lei do Reino devem ser a ellas enviados com seus respectivos Processos, onde se demorão pela concurrencia dos que nellas se ajuntão, vindo a verificar-se o castigo quando já não ha memoria dos delictos, e em lugar mui remoto daquelles em que se perpetrarão: Querendo remediar estes funestos males, estabelecendo meios com que sejão ahi mesmo punidos os Réos com a mais possivel brevidade, ajuntando-se á certeza da pena a presteza da execução, e o ser presenciada pelos que virão commetter os crimes, ou os ouvirão contar, o que muito evita a frequencia delles; e sendo a Instituição das Juntas de Justiça hum estabelecimento mui proporcionado para se conseguirem estes uteis fins, como se tem verificado em outras Capitánias, em que se achão estabelecidas: Sou Servido Crear tambem huma nessa Capitania, e será composta de Vós como Presidente com voto de desempate, sempre que for necessario votar; do Ouvidor da Comarca, que será o Juiz Relator, do Juiz de Fóra dessa Villa, e dos Desembargadores Juiz da Alfandega, e Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, e de algum Ministro que para o futuro se haja de crear, e dois Advogados, na falta destes, de melhor nota, e probidade que Vós nomeareis, ou dos Vereadores quando não houverem Advogados de boa nota, vindo sempre a ser composta de seis vogaes, e vencendo-se as condemnações de dez annos de degredo para cima, por quatro votos conformes, e por tres em todos os casos, e verificando-se a redução nos termos do Assento de nove de Abril de mil seiscentos cincoenta e nove.

Nesta Junta que vós convocareis quando pela occurrencia dos Processos, e Réos presos vos parecer necessario, serão julgados breve e summariamente os Réos de todos e quaesquer crimes, salvo os de Lesa Magestade de primeira cabeça, e que não forem Ecclesiasticos, ou Militares que gozem de privilegios do foro, sem excepção de qualidade de Brancos, Índios, Mulattos, e Pretos, sendo primeiro ouvidos com sua defeza em tempo breve na fórma da Lei do Reino, e as sentenças que se proferirem nesta conformidade serão executadas, sem que se suspendão jámais por qualquer motivo.

A este fim se remetterão ao Juiz Relator os Processos com os Réos presos de todo o districto da Capitania, assim dos que em virtude da Lei se devem remetter ás Cadêas da Casa da Supplicação, como de todos os mais presos de outros delictos quaesquer que sejão, excepto aquelles que estiverem em livramento ordinario, e tiverem partes que os accuzem; e destes, e dos mais que se livrão soltos com Cartas de Seguro, ou Alvarás de Fiança, com parte, ou sem ella, continuarão nos Processos os termos até agora praticados, e estabelecidos nas Leis. E fareis guardar em tudo o mais que for necessario a este respeito, que não for aqui declarado, o que se observa na

603  
P5530  
1816  
3

71-246-135  
J. M. S.  
De 70

Cidade de São Paulo, em virtude da Carta Regia de quatorze de Janeiro de mil setecentos setenta e cinco, e em Villa Rica segundo a Disposição da outra de vinte e dois de Setembro de mil oitocentos e treze, observando-se tambem o Alvará de quinze de Novembro de mil oitocentos e dez, no que for applicável, e não se encontrar com o que nesta Determino. Cumpri-o assim, sem embargo de quaesquer Leis, ou Disposições em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos e dezeseis.

REY . . .

Para o Honrado *Marquez de Alegrete.*

Na Offic. de J. F. M. de Campos.



